



Paidéia

ISSN: 0103-863X

paideia@usp.br

Universidade de São Paulo

Brasil

Souto Maior de Souza Fonseca, Célia Maria; Pessoa Santos, Carina; de Souza Brito Dias, Cristina
Maria

A adoção de crianças com necessidades especiais na perspectiva dos pais adotivos

Paidéia, vol. 19, núm. 44, septiembre-diciembre, 2009, pp. 303-311

Universidade de São Paulo

Ribeirão Preto, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305423773004>

- ▶ [Como citar este artigo](#)
- ▶ [Número completo](#)
- ▶ [Mais artigos](#)
- ▶ [Home da revista no Redalyc](#)

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A adoção de crianças com necessidades especiais na perspectiva dos pais adotivos¹

Célia Maria Souto Maior de Souza Fonsêca

Carina Pessoa Santos

Cristina Maria de Souza Brito Dias²

Universidade Católica de Pernambuco, Recife-PE, Brasil

Resumo: Esta pesquisa teve por objetivo compreender, junto a pais adotivos de crianças com necessidades especiais, como percebem e vivenciam essas adoções. Estas são consideradas adoções necessárias, uma vez que são as menos procuradas pelos adotantes, o que conduz a reflexões acerca de qual seria o verdadeiro sentido da adoção: encontrar uma família para crianças abandonadas ou satisfazer os desejos de pessoas que decidem adotar. Utilizou-se um roteiro de entrevista com cinco mães e um pai. Após a transcrição, as entrevistas foram analisadas por temas. Os resultados mostraram a dedicação dos pais para com seus filhos; a força negativa dos preconceitos; a necessidade de apoio social aos pais. Conclui-se que as adoções estudadas estão ocorrendo a contento, o que sugere que a adoção de crianças com necessidades especiais pode proporcionar satisfação, em que pesem as dificuldades encontradas.

Palavras-chave: crianças adotivas, estrutura familiar, deficientes.

The adoption of children with special needs in the perspective of foster parents

Abstract: This study aimed to understand how parents who adopt children with special needs perceive and experience these adoptions. These adoptions are considered necessary because these children are the least wanted by adopters, which leads to reflections about what would be the true meaning of adoption: finding a family for abandoned children or meet the needs of people who decide to adopt. A script was used to guide interviews with five mothers and one father. After transcription, interviews were analyzed by theme. Results show the dedication of parents with their children; the powerful force of prejudice; and the need to provide social support to parents. The conclusion is that the studied adoptions are been satisfactorily conducted, which suggest that the adoption of children with special needs can generate satisfaction despite the challenges it presents.

Keywords: adopted children, family structure, disabled.

Adopción de niños con necesidades especiales en la perspectiva de los padres adoptivos

Resumen: Este artículo tiene como objetivo comprender, a partir de los padres adoptivos de niños con necesidades especiales, como perciben y vivencian esas adopciones. Estas son consideradas adopciones necesarias pues son las menos buscadas por los adoptantes. Esto conduce a reflexiones sobre cuál sería el verdadero sentido de la adopción: encontrar una familia para los niños abandonados, o satisfacer los deseos de personas que deciden adoptar. Fue utilizada una guía de entrevista, con seis adoptantes de niños con necesidades especiales, siendo cinco mujeres y un hombre. Los resultados mostraron la dedicación de los padres con sus hijos; la fuerza negativa de los prejuicios; la necesidad de apoyo social a los padres. Se concluye que las adopciones estudiadas están ocurriendo de modo apropiado, lo que sugiere que la adopción de niños con necesidades especiales puede proporcionar satisfacción a pesar de las dificultades enfrentadas.

Palabras clave: niños adoptivos, estructura familiar, discapacitados.

A precária realidade da maioria das instituições e abrigos brasileiros, aliada à preferência dos candidatos pela adoção de meninas loiras, recém-nascidas e saudáveis, conduz a reflexões acerca de qual seria o verdadeiro sentido da adoção: encontrar uma família para crianças abandonadas ou satisfazer os desejos de pessoas que, por algum motivo, decidiram adotar estas crianças? Apesar de as crianças com necessidades especiais serem as que mais

precisam de cuidados específicos, este é o tipo de adoção mais raro. Dessa forma, os grupos de apoio à adoção, juntamente com a Associação Nacional de Grupos de Apoio à Adoção (ANGAAD) e a Associação Terra dos Homens, vêm, há alguns anos, trabalhando em prol da disseminação de uma nova cultura da adoção que priorize as necessidades das crianças e não as dos pais.

Outro aspecto que deve ser levado em consideração é a realidade das famílias que abandonam particularmente as crianças com necessidades especiais. Geralmente, trata-se de pais e de mães que carregam consigo sua própria história de carência e abandono, o que, juntamente com a insegurança em relação ao futuro dessas crianças, leva-os a deixarem seus filhos nas instituições que abrigam menores. No entanto, apesar das dificuldades e dos preconceitos que ainda permeiam a questão, existem pessoas que não se omitem em adotá-las.

1 As autoras agradecem ao PIBIC-UNICAP que concedeu bolsa à segunda autora no período 2006-2007. Este texto foi revisado seguindo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990), em vigor a partir de 1º de janeiro de 2009.

2 Endereço para correspondência:

Profa. Dra. Cristina Maria de Souza Brito Dias. Universidade de Católica de Pernambuco. Curso de Psicologia. Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. Rua do Príncipe, 526. CEP 50.050-900. Recife-PE, Brasil.
E-mail: cristina_britodias@yahoo.com.br

Falando sobre adoção

Etimologicamente, o termo adoção deriva da palavra latina *adoptione*, que significa *considerar, olhar para, escolher*. A adoção pode ser compreendida como:

uma inserção num ambiente familiar, de forma definitiva e com aquisição de vínculo jurídico próprio da filiação, segundo as normas legais em vigor, de uma criança cujos pais morreram ou são desconhecidos, ou, não sendo esse o caso, não podem ou não querem assumir o desempenho das suas funções parentais (Diniz, 1994, p.13).

Dessa forma, a criança é levada para dentro de uma família por um ou mais adultos, que não são seus pais biológicos, mas que passam a ser reconhecidos legalmente como tais. Enquanto que, para muitos pretendentes, a adoção significa a escolha de uma criança cujo perfil foi traçado quando estes se cadastraram para a adoção, para a criança, por sua vez, essa seria a oportunidade de ter uma família, de superar os traumas do abandono ou, se for o caso, dos anos vividos em uma instituição.

As motivações dos pais adotivos são inúmeras: satisfazer o desejo de ser pai ou mãe que foi impedido pela infertilidade de um dos companheiros; evitar a discriminação social; crenças religiosas com relação ao altruísmo e amor ao próximo; medo da solidão; solucionar problemas conjugais; proporcionar companhia a um filho único; escolher o sexo de seu filho; ter alguém para cuidar, quando os filhos biológicos já estão maiores; substituir um filho natural falecido, dentre outras. Schettini Filho (1998), tratando desse tema, adverte sobre a necessidade de não se usar a criança e analisar o significado da adoção para aquela pessoa que se pretende adotar.

Segundo Weber (1999), pesquisas realizadas com famílias adotivas revelaram dados surpreendentes em relação às motivações dos adotantes consideradas inadequadas e ao sucesso da adoção: “não existe correlação entre a motivação dos adotantes e o sucesso da adoção” (p. 38). Isto indica que a construção de laços afetivos é mais importante do que os motivos que levaram os pais a tentar adotar, sem contar que essas motivações podem e devem ser trabalhadas, antes de se considerar os adotantes como inaptos.

É importante, no entanto, não se pretender a adoção como um direito dos candidatos. Natalio (2001, p. 38) desataca: “Não se trata mais de dar uma criança ao casal, mas de dar pais a uma criança”. Embora saibamos que muitas crianças que estão nas instituições brasileiras ainda não foram destituídas do poder familiar, existe, por outro lado, um número considerável de candidatos na fila de espera para a adoção e inúmeras crianças adotáveis nas instituições, mas que não o são. É o que se denomina “adoções necessárias”, ou seja, aquelas que são mais difíceis de serem realizadas: adoções interraciais, de crianças maiores e de crianças com

necessidades especiais. Como afirma Costa (1994, p. 219), “Nunca é demais lembrar que a criança não é mercadoria, e as creches e instituições que as abrigam, balcão onde são expostas, para a escolha ou a rejeição”.

Em acordo com tais formulações, Weber (1998) apresenta o conceito de criança adotável: “toda criança que não tem possibilidade de ser criada pela sua família de origem e passa, portanto, a estar potencialmente pronta para integrar-se a uma família substituta” (p. 60). Assim, defende-se neste trabalho, que adoções interraciais, de crianças maiores e de crianças portadoras de necessidades especiais, são fundamentais e devem ser estimuladas, uma vez que elas se enquadram muito bem no conceito de criança adotável da referida autora. Essa ideia também é corroborada por Silva (1994), quando o autor afirma que é possível e desejável realizar tais adoções, dependendo da família pretendente.

É preciso, portanto, vencer os preconceitos que estão por trás da adoção, em especial, aqueles relativos às adoções necessárias. A própria distinção entre filhos adotivos e biológicos deve ser reavaliada. A esse respeito, afirma Schettini Filho (1999, p. 43) “Todos os filhos são biológicos e todos os filhos são adotivos. Biológicos, porque essa é a única maneira de existirmos concreta e objetivamente; adotivos, porque é a única forma de sermos verdadeiramente filhos”. Com isto, o autor entende que a real e autêntica parentalidade é a afetiva e que a convivência produz recursos que solidificam a ligação familiar.

As mães abandonadas que abandonam...

O fenômeno da adoção é bastante complexo e não se resume à história de crianças abandonadas e de pais que desejam adotar. Um aspecto que passa despercebido, muitas vezes, é a história de sofrimento das mães que abandonam. Segundo Motta (2006), o mito do amor materno, ou seja, a ideia de que a mãe deve, por natureza, amar e cuidar do filho que gestou, fomenta preconceitos e desinteresse social com relação às mães que abandonam. A autora refere que “especula-se, critica-se, julga-se e condena-se tais mulheres, mas poucos querem se aproximar para ouvir e saber” (p.16).

A realidade social de pobreza da maioria dessas mães, a falta de apoio familiar e a violência, como no caso de mulheres estupradas, não esgotam, mas podem ser fatores desencadeantes para a decisão de abandonar um filho, devendo, portanto, ser levados em consideração. Não é algo tão complicado de se compreender: são mães abandonadas que, por sua vez, abandonam seus filhos. Tudo isso lança reflexões acerca da necessidade de um estudo mais apurado em relação a elas. Portanto, não devem ser interpretadas como assassinas cruéis, nem como mulheres desnaturaladas, na maioria dos casos, são vítimas de um contexto de exclusão e descaso social.

Winnicott (1996/1999), em seu estudo acerca da relação mãe-bebê, fala da importância do *holding*, referente ao cuidado da mãe para com o seu bebê, que não pode ser

mecânico e nem se resume à satisfação das necessidades físicas da criança. A mãe, ao mesmo tempo em que atende ao chamado de seu bebê, ela falta, abrindo espaço para que seu filho se desenvolva e exerçite sua criatividade. A mãe precisa de um apoio semelhante ao do seu bebê, denominado *holding social*, para que possa identificar-se com seu bebê e desenvolver a preocupação materna primária, que lhe permite atender às necessidades do seu filho de forma satisfatória. Na perspectiva do autor, a mãe, para ser *sufficientemente boa*, precisa do apoio do pai e da sociedade, sendo assim, ela poderá desempenhar bem a sua função.

Outra questão que merece destaque diz respeito aos pais que abandonam. Eles são, na maioria das vezes, ignorados tanto pela mãe, que os exclui da relação com o filho, quanto pela sociedade, que se comporta como se só existisse um genitor: a mãe. Segundo De Gore (1994), a falta de informação sobre os pais acarreta duas imagens: “são os vilões que declinaram toda a responsabilidade e vitimizaram primeiro a mãe, em seguida, o filho; ou então, uma absoluta falta de imagem, como se a criança tivesse apenas um progenitor, a mãe” (p. 78).

O ato de entregar um filho pode ser paradoxalmente, uma prova de amor. Se a mãe não se sente em condições de criar a criança é melhor que, ao invés de maltratá-la ou ignorá-la, a entregue, abrindo a possibilidade de adoção. No caso de crianças com necessidades especiais, a situação se agrava ainda mais, pois muitos pais entregam seus filhos por falta de informação e condições financeiras para tratá-los. Da mesma forma, muitos adotantes rejeitam crianças especiais por questões dessa natureza.

A adoção de crianças com necessidades especiais

Segundo Cezar (2001), o termo “deficiente” não é o mais indicado porque não esclarece o grau de comprometimento da criança, estigmatizando-a. Além disso, ele transmite a ideia de insuficiência, apontando, sempre, para o que essas crianças não têm ou não são capazes de fazer. Utiliza-se, portanto, a expressão “crianças com necessidades especiais”, referindo-se a crianças que necessitam, para o seu desenvolvimento, de um recurso que não é comum às demais.

A autora afirma ainda que, estatisticamente, estima-se que cem mil mulheres por ano tornam-se mães de crianças com necessidades especiais. Ter filhos “fora do padrão” transforma-se numa ferida narcísica para os pais, que depositam neles expectativas e que veem nos mesmos a possibilidade de realização de seus desejos. Em geral, os pais se sentem humilhados e envergonhados por terem uma criança “defeituosa”. Além disso, nossa sociedade capitalista valoriza a autonomia dos indivíduos, o que se reflete na capacidade de produzir, acumular e consumir. Mas, o que leva, então, pessoas a adotarem crianças com necessidades especiais, se um filho nessas condições é indesejado? Niblett (2001) enumera algumas razões que podem levar as pessoas a adotá-las:

algumas já criaram seus filhos e não se sentem mais necessárias ou se sentem maduras para assumir tal responsabilidade; outras o fazem por impulso religioso, filosofia de vida, ou porque querem se dedicar a esta causa por a acharem útil e gratificante; e algumas querem ser úteis a alguém que ninguém mais poderia assumir.

Algumas necessidades especiais são percebidas logo após o parto, outras só se manifestam com o passar do tempo. De todo modo os pais experimentam uma diversidade de emoções e muita insegurança com relação ao futuro (Meyer, 2002/2004; Pereira-Silva & Dessen, 2004). No caso das crianças abandonadas, quanto mais tempo elas permanecerem institucionalizadas, privadas do afeto e dos cuidados especiais de que necessitam para se desenvolver, mais difícil será sua posterior adaptação.

Ao falar das expectativas dos pais em relação à “normalidade” de seus filhos, Schettini Filho (1998) afirma que eles buscam essa confirmação através de três aspectos principais, os quais, quando fogem às normas, geram bastante ansiedade. São eles: a capacidade de andar, a capacidade de comunicação verbal e a capacidade de se alfabetizar. No entanto, o autor enfatiza a importância de se ter uma visão sistêmica do filho que supere esses medos, através de uma outra concepção de normalidade baseada no ritmo de cada um.

Niblett (2001), baseando-se em pesquisas realizadas na Inglaterra, apresenta algumas características de famílias que, com maior frequência, adotam crianças com necessidades especiais. Elas costumam ter experiências com pessoas deficientes; estão centradas nos filhos; não possuem um nível educacional especialmente elevado; lutam pelos direitos dos filhos; são criativas e inovadoras, ajudando seus filhos a progredir; recebem apoio dos familiares e amigos; satisfazem-se com cada pequeno avanço do seu filho. Meyer (2002/2004) colheu depoimentos de pais biológicos e adotivos acerca da experiência de criar filhos com necessidades especiais que confirmam tais afirmações. Famílias com essas características existem e precisam ser encontradas.

Col (2003) aponta para os aspectos positivos da adoção de uma criança especial para sua vida, desmistificando-a, ao afirmar que o fato de seu filho ser especial não é bom nem ruim, é apenas um fato. Ele pode ser positivo, dependendo da forma como os pais lidam com isso. Nas palavras da autora: “um diagnóstico é apenas um diagnóstico, a criança especial é apenas um fato... O que realmente fará diferença somos nós, os pais, que podemos escrever e reescrever esse *script* com a qualidade e o valor que quisermos” (p. 28).

É importante destacar que, de maneira geral, todas as crianças abandonadas em instituições têm características especiais, que devem ser levadas em consideração: podem ter sofrido maus tratos, abuso sexual, complicações no parto, adquiriram doenças infantis que não foram diagnosticadas a tempo, entre outras. Essas crianças precisam de apoio, de uma segunda chance para reverter esse quadro, e ser adequadamente tratadas para viver com dignidade.

Por outro lado, pais, muitas vezes por falta de informação, sonham com uma menina recém-nascida, loira e de olhos azuis, que nunca chega a seus braços. Essas pessoas precisam conhecer a realidade das instituições e dos abrigos brasileiros. Adotar uma criança “com defeito” é dar a ela a oportunidade de se superar, desenvolver o seu potencial, ressaltando-se, porém, que isso sempre ocorrerá dentro do seu ritmo.

A estimulação precoce, por exemplo, é segundo Cezar (2001), um método terapêutico educacional que objetiva tornar a evolução das crianças com necessidades especiais o mais adequada possível. O conhecimento desse método, juntamente com o apoio de amigos e parentes, pode levar as pessoas a aceitar crianças com necessidades especiais. A autora fala da urgência dessas crianças serem adotadas, desde que os pais tenham recursos e disponibilidade afetiva para tal.

Portanto, é fundamental informar a sociedade quanto às características dos menores que necessitam ser adotados e sobre a importância do apoio familiar para essas crianças. As comunidades precisam ser sensibilizadas com relação às responsabilidades que uma adoção acarreta. Esse é um problema que envolve toda a sociedade, posto que a adoção remete sempre às questões do abandono, da institucionalização e do futuro dessas crianças, que, por razões diversas, não foram adotadas por seus pais biológicos.

O objetivo desta pesquisa, portanto, foi investigar, na perspectiva dos pais, como percebem e vivenciam a adoção de crianças com necessidades especiais. Espera-se que ela possa contribuir para desmistificar este tipo de adoção e oferecer subsídios aos profissionais e pais que lidam com tais crianças e famílias.

Método

Participantes

Participaram da pesquisa seis pais de crianças com necessidades especiais, sendo cinco mulheres e um homem. A seguir apresentamos as características do adotante e do adotado:

Participante 1: mulher de 53 anos, tem curso superior, é professora, casada e evangélica. Tem duas filhas do primeiro casamento. Adotou um menino com dois meses e meio, atualmente com sete anos, cuja mãe teve eclampsia e morreu no parto. O bebê teve anoxia e convulsões e apresenta um retardo cognitivo e motor. Foi rejeitado por 13 famílias antes de ser adotado por ela, faz estimulação pela manhã e estuda à tarde.

Participante 2: mulher de 52 anos, concluiu o ensino fundamental, é comerciante, casada e católica. Não pode ter filhos. Adotou um menino quando esse datava três dias de nascimento e hoje conta com três anos de vida. A mãe biológica tentou abortá-lo e isto trouxe sequelas graves à criança que apresenta paralisia cerebral, não anda nem fala e tem treze graus de miopia. Faz diversos tratamentos e estuda com acompanhamento especial.

Participante 3: homem de 37 anos, completou o ensino médio, é casado, católico e comerciante. Não pode ter filhos. Adotou ainda bebê, uma menina com síndrome de Down, que está com 10 anos, estuda e tem acompanhamento especial.

Participante 4: mulher de 55 anos, analfabeta, solteira, desempregada e não segue nenhuma religião. Não pode ter filhos. Cuida da criança com a ajuda de familiares e vizinhos. O menino foi adotado com seis anos e atualmente tem dez. O pai é dependente de álcool, era maltratado pela madrasta e por meninos da rua, tendo sido abusado sexualmente por eles. Passava fome, apresenta retardo mental, epilepsia e problemas no sono e estuda.

Participante 5: mulher de 51 anos, curso superior, professora, casada e católica. Possui dois filhos biológicos. Devido a problemas de saúde, fez uma histerectomia. Adotou uma menina com oito dias de nascimento porque a mãe não tinha condições de criá-la, que atualmente está com nove anos. A menina apresenta Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e inteligência limítrofe. Faz diversos tratamentos (Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional, Equoterapia) e recebe acompanhamento psicopedagógico para ser alfabetizada.

Participante 6: mulher de 50 anos, analfabeta, desempregada, evangélica e casada. Tem nove filhos. Adotou um menino com um ano e três meses que era maltratado pela mãe biológica e passava fome e atualmente conta com dois anos. Os médicos desconfiam que a mãe “tomou remédio” para abortá-lo. Não anda, não fala e apresenta retardo mental. Está na lista de espera para fazer Fisioterapia e faz outros tratamentos.

Instrumento

Foi utilizado um roteiro de entrevista com questões que atendiam aos objetivos da pesquisa. Minayo (2004, p. 99) pontua que a entrevista deve orientar “uma conversa com finalidade, servindo como facilitadora de abertura, ampliação e aprofundamento da comunicação”. Cada entrevista foi conduzida de forma semidirigida, o que significa que o pesquisador faz uso de um roteiro pré-estabelecido que pode ser alterado conforme o curso da conversa. Ela permite coletar informações acerca da experiência dos participantes de forma mais flexível.

Procedimentos

Alguns pais foram indicados pelo Grupo de Apoio à Adoção que frequentavam e outros eram pessoas do conhecimento das pesquisadoras. Inicialmente os participantes foram esclarecidos acerca dos objetivos da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. As entrevistas foram realizadas na casa dos pais, gravadas e transcritas literalmente. Os nomes reais dos participantes foram substituídos por números, além disso, alguns de seus dados pessoais, cujo conteúdo era irrelevante para a pesquisa, foram alterados com vistas a garantir o sigilo sobre eles. Vale salientar que a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da instituição que a apoiou.

Análise de dados

Os dados colhidos na entrevista foram analisados por temas, a saber: motivação para a adoção, adaptação da criança na família, dificuldades enfrentadas, sentimentos experimentados, evolução da criança, benefícios percebidos com a adoção e sugestões dadas para futuros adotantes de crianças com necessidades especiais. Sempre que possível, foram analisados com base na literatura consultada.

Resultados e Discussão

Motivações para a adoção

Quando perguntados acerca do que os levou a adotar uma criança com necessidades especiais, os pais alegaram motivações diversificadas: projeto antigo de adotar, impossibilidade de ter filhos, querer um filho de outro sexo, por saber dos maus-tratos às crianças por parte dos responsáveis. Esses dados estão de acordo com Niblett (2001), quando a autora trata da diversidade de motivos para explicar a opção por esse tipo de adoção. Algumas falas ilustram o que foi dito:

Na verdade nada. Eu não tinha programado adotar uma criança com necessidades especiais, eu acho que da mesma forma que a gente não programa ter um filho da barriga com necessidades especiais. O projeto de adoção era um projeto antigo na nossa família. (Entrevistada 1)

Eu tinha um desejo muito grande de adotar uma menina. Primeiro, eu tinha um desejo muito grande de ter uma menina, mas, depois do meu segundo filho, eu tive quatro abortos consecutivos. Eu não tive mais condições de engravidar. (Entrevistada 5)

É importante ressaltar que uma mãe, quando adotou, não sabia que seu filho era especial, mas, mesmo assim, ao receber a notícia, aceitou-o:

Aí, até a menina do Conselho Tutelar V, chegou assim pra mim: "Mãe, já que você descobriu que ele é especial, você quer devolver para eu levar para o orfanato?" Jamais, antes eu não daria, quanto mais agora, que eu descobri que ele é especial e depende de mim totalmente; eu ia fazer isso com uma criança dessas?! (Entrevistada 2)

Adaptação da criança na família

Com relação à adaptação da criança na família a maioria dos pais afirmou que foi boa, o que pode ser justificado pelo fato de cinco crianças terem sido adotadas quando bebês. No caso da adoção de uma criança mais velha, a mãe disse que ela se adaptou bem pela própria condição de não ser mais maltratada.

Acostumou-se logo porque não tinha quem aperreasse ele. Antes, a madrasta espancava ele, os

vizinhos me diziam. Ele se acostumou logo: barriginha cheia, limpinho, vai para a escola. (Entrevistada 4)

Uma dificuldade relatada foi o ciúme por parte do filho mais novo:

Foi um pouco difícil, porque o meu segundo filho tinha um ciúme danado! Quando ela chegou, meu filho ficou meio brabo e, coincidentemente, meu marido estava em São Paulo, fazendo uma visita aos irmãos que moram lá. Meu filho ficou muito enciumado: "Painho, quando chegar... ele não vai querer. Você vai ter que entregar essa menina em uma creche". Aí eu disse a ele: "Está certo, eu vou engordar, depois vou entregar!". Ainda rendeu um monte de tempo esse ciúme dele. (Entrevistada 5)

Dificuldades enfrentadas

As dificuldades relatadas pelos adotantes foram diversas: dificuldade para arrumar uma pessoa para cuidar da criança, burocracia e demora do processo de adoção, preconceito social, baixa condição socioeconômica e não aceitação da adoção por parte de um dos cônjuges. As falas seguintes ilustram cada tipo de dificuldade relatada: "Com fé em Deus eu peço esmola, mas eu cuido dele" (Entrevistada 4); "A única dificuldade foi que, no início, meu marido não queria. Eu comecei a dar entrada sozinha na papelada. Quando ele resolveu aceitar, aí eu dei entrada nas papeladas dele. O que poderia sair com meses, demorou um ano" (Entrevistada 5).

Assim... eu não sei se é dificuldade, né? Ele é diferente. Então, diferenças, eu acho que eu poderia dizer. E "A.", na minha vida, nunca foi uma dificuldade. Mas... assim, eu acho que a maior dificuldade, se eu devo citar uma, a minha maior preocupação é sempre encontrar uma pessoa quando sai a babá. Eu acho que essa é a minha maior dificuldade... que eu sempre trabalhei. A nossa vida não parou, continuou. E ele foi inserido na nossa vida e foi recebendo tudo o que ele sempre precisou. Como qualquer filho de qualquer mãe, né? (Entrevistada 1)

Olha, a dificuldade só foi essa de demorar a dar o parecer. Aí a burocracia, daqui a dois meses, três meses, marcar outra (audiência). A burocracia só foi essa, mas dificuldade pra registrar, pra adotar ele, eu não tive não. Foi essa só, a burocracia e a juíza que demorou a dar o parecer dela. (Nem... assim... pra criar ele?) Não! (Nada?) Nada! (Entrevistada 2)

No início pensamos em devolver a criança, mas hoje vejo isto como uma missão. A sociedade, como nós somos, deixa eu ver... assim... preconceituosos por natureza, né? E a gente diz que não, mas somos

automaticamente preconceituosos com tudo: com raça, com condição financeira, com escolaridade, com tudo. Uma escola tradicional da cidade resiste em receber a criança. Algumas mães, assim, não deixam seus filhos brincar com ela. Mas, a partir do momento em que as crianças começam a brincar, ela conquista. (Entrevistado 3)

Pode-se perceber nas falas acima alguns fatores que já foram descritos por outros autores, o que acarreta maior ou menor dificuldade na adaptação: tipo de personalidade dos pais e da criança, nível de expectativa dos pais e grau de preconceito em relação às pessoas diferentes. Andrade, Costa e Rossetti-Ferreira (2006) alertaram para o fato de que muitos pais sentem uma reação negativa das pessoas frente à adoção e, nós acrescentamos, diante das crianças com necessidades especiais também. Por isto é necessário que os pais busquem se fortalecer internamente, procurem apoio e valorizem qualquer progresso da criança (Buscaglia, 1983/1993).

Hoher e Wagner (2006), em pesquisa acerca do preparo dos profissionais para transmitir o diagnóstico e a orientação aos pais de crianças com necessidades especiais, elencaram algumas constatações: falta de preparação profissional e psicológica dos profissionais; necessidade de que todos da família saibam do diagnóstico; respeito aos momentos de sofrimento e de negação por parte deles; procurar notar as qualidades e não apenas as anormalidades na criança; utilizar linguagem adequada e iniciar o tratamento necessário o mais cedo possível.

Sentimentos experimentados

Ao serem perguntados sobre como se sentem como pais ou mães de crianças com necessidades especiais, os participantes se mostraram satisfeitos e realizados com a adoção. Esses dados estão de acordo com Col (2003), quando a autora destaca que a positividade da adoção depende da maneira como os pais lidam com ela. Buscaglia (1983/1993) também refere que após a elaboração dos momentos de dor, ambivalência e conflito, a família vivifica seus laços e favorece o desenvolvimento da criança. Powell e Ogle (1991), por sua vez, salientam que apesar da solidão, do desamparo e do medo que os pais de crianças com necessidades especiais podem experimentar, eles têm capacidade para ultrapassar a situação a ponto de se tornar uma experiência enriquecedora. Parafraseando Andrade, Costa e Rossetti-Ferreira (2006), podemos dizer que esses pais atravessaram duplamente uma barreira: por realizarem uma adoção e de uma criança especial. De acordo com as falas a seguir: “Eu acho que somos privilegiados em ter uma filha daquelas, porque a gente só ganhou, pelo menos eu só ganhei! Ela é maravilhosa!” (Entrevistado 3); “Eu me sinto bem. Todos os dias eu peço a Deus para ele não adoecer, não ficar internado, que eu nem sei... Meu Deus!” (Entrevistada 4).

Eu me sinto mãe, só (risos). Eu não me sinto mãe de uma criança com necessidades especiais. Não tem diferença, eu penso. É claro que, às vezes, toda mãe gostaria que seu filho fosse... tivesse bem em tudo. É que a gente vai incorporando isso. Ele é daquele jeito, ele é dessa forma. É dessa forma que a gente o ama. Se ele desenvolver muito, ótimo. Se ele não desenvolver, ótimo também. Ele continua sendo o filho amado da gente. (Entrevistada 1)

É meu amor, meu neto, meu filho, meu tudo! Eu sou mãe, sou avó, sou tudo dele! A única mãe que ele teve sou eu, a única avó que ele teve sou eu, porque até a minha mãe, que é avó dele, Deus levou! Aí, antes, eu tinha vergonha de falar isso a uma criança, mas, depois, eu estando com ele, vou pra lá e pra cá. (Entrevistada 2)

Ah, muito feliz! Tem hora em que eu penso que se ela não tivesse sido adotada e ficasse com uma família, que, provavelmente, não tem estrutura nenhuma para criar, essa criança não estaria como hoje você está vendo. Ela foi se desenvolvendo e, na medida em que ela foi crescendo, cresceu também nosso amor por ela. (Entrevistada 5)

Eu me sinto feliz. Me sinto muito bem por ter “pegado” essa responsabilidade, por maior que a luta tenha sido, porque tem sido muito difícil pra mim, mas, até aqui, eu nunca me arrependi por ter pego ele. Dou graças a Deus. Nunca me arrependi... (Entrevistada 6)

Estas falas apontam para uma percepção bastante favorável da adoção realizada e podem estar alicerçadas no tempo de convivência com a criança que favoreceu a adoção afetiva da mesma. Uma participante apontou o medo do futuro como uma preocupação, apesar do amor que tem pelo filho. Isto corrobora o que afirmam Pereira-Silva e Dessen (2004) no sentido de que os cuidados prolongados e as questões relacionadas à sobrevivência da criança acarretam sentimentos de ansiedade e incerteza aos pais. No caso de uma pessoa solteira, há necessidade do apoio de familiares, amigos, vizinhos e comunidade para que ela desempenhe bem sua função (Levy, 2005).

A minha tristeza é que amanhã eu não vou poder fazer o que estou fazendo hoje por ele. Eu espero que Deus tenha misericórdia e que ele possa pedir, saber pedir e saber se defender de alguma coisa sozinho amanhã. Mas, por ele ser especial, pra mim foi uma experiência ótima, eu não me arrependo até hoje. (Entrevistada 2)

Evolução da criança

Com relação à evolução das crianças, todos os pais relataram melhorias, que variam de acordo com o nível de comprometimento de seu filho. Cezar (2001), baseada na sua experiência em lidar com essas adoções, refere que em todos os casos que acompanhou os pais compartilharam a alegria e os progressos de todas as crianças. Isto comprova que elas precisavam apenas de estímulo para redirecionar suas vidas. Os pais buscam auxílio médico e demonstram reconhecer que a criança evoluirá dentro de um ritmo próprio, característica também observada por Nibblet (2001). Na fala de todos, pode-se perceber esse respeito e a valorização de cada conquista obtida, conforme referido por Buscaglia (1983/1993). Vejamos os trechos das entrevistas a seguir: “A evolução dele está mínima, mas o médico falou pelo problema dele, que ele tem, a evolução dele vai muito, muito bem! O menino está mais esperto, limpo e menos assustado” (Entrevistada 4); “Minha filha alcançou o equilíbrio corporal e anda sozinha, o que antes não era possível” (Entrevistada 5); “Meu filho não olhava para as pessoas, não prestava atenção, ficava paralisado. Hoje brinca, sorri, demonstra sua vontade (quando quer sair do colo, não quer determinada comida)” (Entrevistada 6).

A criança, quando ela é especial, ela é especial por isso. Não tem como comparar. O desenvolvimento dele é dele, no ritmo dele. Da forma dele. Então, quando você tem uma criança com necessidades especiais do tipo de “A.” você não pode ter uma expectativa, entende? Porque não tem como a gente medir isso. Mas a gente vibra com cada pequeno progresso dele. (Entrevistada 1)

Benefícios obtidos com a adoção

Ao serem perguntados acerca do que a adoção de uma criança com necessidades especiais acrescentou às suas vidas, todos os participantes relataram satisfação. As respostas envolveram a possibilidade de relativizar a concepção de normal, o amor da criança e pela criança, o desafio de lidar com o diferente, a possibilidade de dar melhores condições à criança, como percebemos nos relatos a seguir: “Gosto de enfrentar desafios e estou me deparando com problemas que nunca esperei enfrentar na minha vida (Entrevistada 5)”.

A gente aprende a ter uma outra dimensão de perfeição. A valorizar outras coisas. Coisas que antes a gente valorizava, que a gente dava um valor muito grande, você passa a ver que não tem importância nenhuma. Então, ele mostra pra você uma outra forma, ele te mostra a todo instante que é diferente. Então, é isso, ensinar a gente. Ensinar que a diferença é apenas diferença, a gente não encara ele como deficiente. (Entrevistada 1)

Eu hoje sou uma mulher realizada por ter adotado uma criança. Pra mim ele é especial, não é porque ele tem problema de saúde, ele é especial porque, pra mim, ele é especial em tudo, ele mudou a minha vida de cabeça pra baixo. (Entrevistada 2)

Olhe, eu acho que, pra mim, está tudo bom porque o que eu via ele passar, não vejo mais. Isso já me causa uma grande felicidade, não é fácil você ver ele passar o que “B.” passava. Eu me sinto bem. (Entrevistada 6)

É interessante a fala de um dos participantes, quando afirma que seria hipócrita se dissesse que não queria ter um filho normal. No entanto, em outro momento da entrevista, ele disse que nem se fosse filha biológica, a criança adotada seria tão perfeita. Novamente retomamos a afirmação de Powell e Ogle (1991) quando mencionam que a experiência de criar um filho com necessidades especiais pode se tornar compensadora.

Eu seria hipócrita se dissesse que não queria ter um filho normal. Mas, vamos dizer, assim, que o benefício é o amor! Não é o amor que eu dou a ela não, é o amor que ganho dela! É tudo que... eu acho que nem se fosse minha, ela seria tão perfeita! (Entrevistado 3)

Sugestões para futuros adotantes de crianças especiais

Os participantes destacaram, acima de tudo, a importância de respeitar o ritmo da criança, não adotar por caridade nem por impulso. Uma mãe enfatizou que é necessário ter maturidade e certa condição financeira, já que o serviço público de saúde é moroso e a criança não pode esperar.

Apesar de a metade dos pais entrevistados não ter boas condições financeiras, alguns chegando ao nível de muita carência, mesmo assim eles não permitem, dentro de suas possibilidades, que nada falte a seus filhos. O afeto e o compromisso desses pais estão acima de tudo, o que demonstra que essas crianças não foram adotadas apenas “no papel”, mas foram adotadas “de coração”. Elas têm a possibilidade de superar seus limites e podem, como afirma Schettini Filho (1998), ser verdadeiramente filhos através da adoção. Algumas colocações remetem à necessidade do apoio social para o desenvolvimento das potencialidades do indivíduo, pois como qualquer pessoa, a criança com necessidades especiais precisa de oportunidades para desenvolver suas competências (Powell & Ogle, 1991) e quanto mais cedo iniciar a estimulação, melhores serão os resultados (Buscaglia, 1983/1993).

Naquela época, quando “A.” surgiu na minha vida, eu tinha uma vida que eu poderia assumir uma criança com necessidades especiais. Então,

eu estava financeiramente bem e tinha maturidade para isso. Eu acho que tem que ter bastante maturidade, dependendo da necessidade especial. Ter um filho hoje com problemas é muito caro. Então, eu sempre penso que a gente, falando em crianças com necessidades especiais, deveria haver um projeto, em nível de governo, tudo está lotado, tem filas, filas e filas. Uma criança não pode esperar. A gente tem que apresentar as coisas pra ela na medida em que ela vai se desenvolvendo, crescendo. (Entrevistada 1)

É um amor diferente, um amor sincero, sem falsidade, que a gente não está acostumado, né? Se for adotar, saiba se é isso mesmo que você quer, entendeu? O conselho que eu dou é: "Vá em frente. Você só tem a ganhar e a aprender". A gente aprende muito com ela. (Entrevistado 3)

Eu diria a essa pessoa que, primeiramente, adota-se com o coração. Quando a gente adota de coração, tudo flui mais facilmente. Adotar uma criança hoje não é um "bicho de sete cabeças", que a gente não consiga resolver. Até porque, se você engravidar e tiver uma criança diferente, você não vai abandonar. Você vai fazer de tudo para que essa criança cresça e consiga se relacionar bem. (Entrevistada 5)

Considerações finais

Apesar de as crianças apresentarem dificuldades variadas, o que interessou nesta pesquisa foi a experiência dos pais ao adotar uma criança com necessidades especiais. Devido à escassez de pesquisas sobre a adoção dessas crianças, na nossa realidade, torna-se necessária a implementação de estudos como este para a desmistificação de preconceitos em torno do tema.

As dificuldades encontradas, como também os preconceitos vividos, foram variadas, porém os pais não se deixam abater e procuram ajudar seu filho a se superar, sem sentir vergonha ou se acomodar diante dos obstáculos. Pode-se perceber, principalmente na fala dos participantes de nível socioeconômico mais baixo, a necessidade de apoio por parte da sociedade, já que a falta de recursos financeiros e a dificuldade em se conseguir os tratamentos necessários, acabam por repercutir sobre o processo de evolução das crianças adotadas.

Segundo os entrevistados, não existe nenhuma razão para que os pais se sintam envergonhados ou fracassados se seu filho segue um ritmo próprio de desenvolvimento. Eles o amam em sua singularidade. Mesmo no caso em que os pais ficaram sabendo da necessidade especial de seu filho após a adoção, não foi relatado interesse em devolvê-lo para o Juizado. Finalmente, pode-se dizer que o medo de realizar esse tipo de adoção é compreensível, podendo ser dirimido através de informações acerca da necessidade especial da

criança e do apoio por parte dos familiares e da sociedade. Numa perspectiva ampla, programas e campanhas educativas que facilitem o tratamento da criança podem ter, até mesmo, uma ação preventiva em relação ao alto índice de mães que abandonam crianças especiais. Neste sentido, como que a repetir um movimento circular, merece destaque e pede a nossa atenção a história pessoal de rejeição e de abandono vivida pelas mães que abandonaram.

Referências

- Andrade, R. P., Costa, N. R. A., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2006). Significações de paternidade adotiva: Um estudo de caso. *Paideia (Ribeirão Preto)*, 16, 241-252.
- Buscaglia, L. (1993). *Os deficientes e seus pais: Um desafio ao aconselhamento* (R. Mendes, Trad., 3a ed.). Rio de Janeiro: Record. (Original publicado em 1983)
- Cezar, C. Z. (2001). A adoção de crianças com necessidades especiais. In F. Freire (Org.), *Abandono e adoção: Contribuições para uma cultura da adoção III* (pp. 137-141). Curitiba: Terra dos Homens.
- Col, W. L. D. (2003). Meu filho adotado é uma criança especial. In A. S. M. C. Souza (Org.), *A criança especial* (pp. 21-28). São Paulo: Roca.
- Costa, T. J. M. (1994). Os desafios da adoção no Brasil. In F. Freire (Org.), *Abandono e adoção: Contribuições para uma cultura da adoção II* (pp. 219-220). Curitiba: Terra dos Homens.
- De Gore, S. C. (1994). Os pais biológicos. In F. Freire (Org.), *Abandono e adoção: Contribuições para uma cultura da adoção II* (pp. 75-80). Curitiba: Terra dos Homens.
- Diniz, J. S. (1994). A adoção: Notas para uma visão global. In F. Freire (Org.), *Abandono e adoção: Contribuições para uma cultura da adoção II* (pp. 13-30). Curitiba: Terra dos Homens.
- Hoher, S. P., & Wagner, A. D. L. (2006). A transmissão do diagnóstico e de orientações a pais de crianças com necessidades especiais: A questão da formação profissional. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 23, 113-125.
- Levy, L. (2005). Famílias monoparentais adotivas: A importância de uma rede de apoio. In T. Féres-Carneiro (Org.), *Família e casal: Efeitos da contemporaneidade* (pp. 50-57). Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio.
- Meyer, D. J. (2004). *Pais de crianças especiais, relacionamento e criação de filhos com necessidades especiais* (T. Kassner, Trad.). São Paulo: M. Books do Brasil. (Original publicado em 2002)
- Minayo, M. C. de S. (2004). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde* (8a ed). São Paulo: Hucitec.
- Motta, M. A. P. (2006). As mães que abandonam e as mães abandonadas. In L. Schettini Filho & S. S. M. Schettini (Orgs.), *Adoção: Os vários lados dessa história* (pp. 15-45). Recife: Bagaço.

- Natalio, H. (2001). Um sentido para a vida. In F. Freire (Org.), *Abandono e adoção: Contribuições para uma cultura da adoção III* (pp. 37-39.) Curitiba: Terra dos Homens.
- Niblett, R. (2001). A adoção de menores com necessidades especiais: Alguns aspectos da experiência inglesa. In F. Freire (Org), *Abandono e adoção: Contribuições para uma cultura da adoção II* (pp. 143-157). Curitiba: Terra dos Homens.
- Pereira-Silva, N. L., & Dessen, M. A. (2004). O que significa ter uma criança deficiente mental na família? *Educar em Revista*, 23, 161-183.
- Powell, T., & Oglle, P. (1991). *El niño especial: El papel de los hermanos en su educación*. Barcelona: Ed. Norma.
- Schettini Filho, L. (1998). *Compreendendo os pais adotivos*. Recife: Bagaço.
- Schettini Filho, L. (1999). *Adoção, origem, segredo, revelação*. Recife: Bagaço.
- Silva, G. R.(1994). Os desafios da adoção no Brasil. In F. Freire (Org.), *Abandono e adoção: Contribuições para uma cultura da adoção II* (pp. 221-225). Curitiba: Terra dos Homens.
- Weber, L. N. D. (1998). *Laços de ternura: Pesquisas e histórias de adoção*. Curitiba: Editora Santa Mônica.
- Weber, L. N. D. (1999). *Aspectos psicológicos da adoção*. Curitiba: Juruá.
- Winnicott, D. W. (1999). *Os bebês e suas mães* (J. L. Camargo, Trad., 2a ed.). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1996)

Célia Maria Souto Maior de Souza Fonsêca é Professora Adjunto I da Universidade Católica de Pernambuco.

Carina Pessoa Santos é graduada em Psicologia pela Universidade Católica Pernambuco.

Cristina Maria de Souza Brito Dias é Professora Adjunto II da Universidade Católica de Pernambuco.

*Recebido: 14/05/2008
1ª revisão: 05/05/2009
2ª revisão: 22/07/2009
Aceite final: 28/07/2009*